

A FORMAÇÃO COMO NACIONAL-OCIDENTALIZAÇÃO

Alfredo Cesar Melo¹

RESUMO: O presente artigo procura discutir os diferentes sentidos e reverberações que o conceito de formação pode ter na obra de Antonio Candido. O termo pode ser compreendido como estruturação de um sistema literário (função histórico-sociológica), fixação de um cânone literário (obras de grande valor literário) e, a depender do critério, a formação pode ser considerada satisfatória ou insuficiente. Aqui procuramos examinar uma terceira dimensão do conceito: que vem a ser a literatura como agente constitutivo da nacional-ocidentalização do país, num processo de subalternização e enquadramento dos povos não ocidentais.

PALAVRAS-CHAVE: formação; colonialismo; nacionalismo; ocidentalismo.

THE FORMAÇÃO AS NATIONAL-OCCIDENTALIZATION

ABSTRACT: The main goal of this article is to present a discussion on the many facets and meanings of the concept of formação in Antonio Candido's work. One can understand the concept as both the structuring of a literary system (historic-sociological function) and the establishment of a literary canon (works of great literary value) and, depending on the criteria of evaluation, the formation can be deemed as satisfactory or unsatisfactory. In this article, we try to grasp a third dimension of the concept: that of literature as a constitutive agent of the national-occidentalization of the country, through a process of subalternization of the non-western people.

KEYWORDS: formation; colonialism; nationalism; occidentalism.

Talvez não haja conceito mais celebrado e empregado no pensamento social brasileiro que o de formação. Os letrados do país parecem ter uma obsessão com o termo, uma vez que está no título e subtítulo de tantos ensaios de interpretação do Brasil: *Formação da família brasileira sob o regime da Economia Patriarcal*, subtítulo de *Casa-grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil contemporâneo* (1941), de Caio Prado Junior; *Formação do patronato político brasileiro*, subtítulo de *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado e, por fim, *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido, ambos de 1959. Isso sem falar de livros como *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *O conceito de civilização brasileira* (1936), de Afonso Arinos, que circulam no mesmo campo discursivo dos ensaios sobre a formação.

¹ Professor Doutor do Departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do Kaliban - Centro de Estudos Pós-coloniais e de Literatura Mundial. E-mail: alfmelo@unicamp.br

Se a convergência para o termo parece evidente, menos claro é o uso que esses diferentes ensaístas fazem da palavra *formação*. Fiquemos com o exemplo de Antonio Candido: o que seria a formação para alguém que pensa de maneira sistemática a literatura? A resposta mais corriqueira a essa questão apontaria para a formação como construção de um sistema literário articulado entre autores, obras e público, ocorrido entre metade do século XVIII, o Século das Luzes, e o tardo Oitocentos brasileiro, algumas décadas após a Independência (entre o primeiro e o segundo volume, *Formação da literatura brasileira* cobre o período que vai de 1750 a 1880). Essa ideia de formação está no influente ensaio de Roberto Schwarz, “Sobre a *Formação da literatura brasileira*: notas de debatedor”, em que o mais destacado discípulo de Candido examina as diferentes figurações da formação em autores como Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado e as contrasta com o conceito operante em *Formação da literatura brasileira*. Para Schwarz, a formação nas obras de Prado, Buarque e Furtado era um ponto de fuga, isto é, algo a ser realizado no futuro, mediante uma série de mudanças sociais que levassem à superação do atraso (entendido por Sérgio como herança ibérica; por Caio como inorganicidade colonial e por Celso Furtado como dependência das economias centrais). Diferentemente dessa visão prospectiva de formação, Antonio Candido nos mostrava uma formação já consolidada (Schwarz, 1999, p. 18), mais ou menos por volta de 1870 e que, a bem da verdade, convivia muito bem com os atrasos brasileiros, já que o sistema literário havia se formado antes da abolição da escravatura.

Isso dito, deve-se também destacar que o conceito de formação reverbera de outros modos ao longo da obra principal de Antonio Candido. E isso tem a ver com o próprio método de investigação proposto por Antonio Candido desde sua tese de livre-docência, de 1945, *O método crítico de Sílvio Romero*, em que o então jovem crítico, na época assistente da Cadeira de Sociologia II da USP, buscava apreender o fenômeno literário a partir de duas dimensões básicas: a função histórico-sociológica da obra e o seu valor literário. Esse seria o seu ideal de crítica integrativa. Um estudo que focasse apenas na função histórica da obra não passaria de um exercício, ainda que possivelmente refinado, de sociologia do conhecimento; uma análise que se debruçasse apenas sobre o valor literário da obra comporia um trabalho no campo da estética. A ambição de Antonio Candido é dar conta dessas duas dimensões, ou nas suas próprias palavras, “definir ao mesmo tempo o valor e a função das obras” (1997, v.1, p. 9).

Se, a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, o livro de Candido evidencia a consolidação de um “sistema simbólico de comunicação inter-humana” (1997, v.1, p. 23) chamado literatura, ou instituição literária, outro seria o diagnóstico quando levamos em conta o critério do valor literário. Desde as primeiras páginas do prefácio da primeira edição de *Formação da Literatura Brasileira* constatamos o quanto a qualidade da literatura produzida no Brasil parece a Candido bastante insatisfatória.

Na famosa formulação de Candido, a literatura brasileira seria “um galho secundário” de um “arbusto de segunda ordem no Jardim das Musas”. Comparada às grandes, a nossa literatura seria “pobre e fraca” (1997, v.1, p. 9), o que condenava o brasileiro a “dependar da experiência de outras letras” para elaborar a visão das coisas e experimentar “as mais altas emoções literárias” (1997, v.1, p. 9). Muito significativo é esse diagnóstico das primeiras páginas de *Formação da literatura brasileira*, pois ele encontra ressonância, além de extrema coerência, nas últimas palavras do segundo tomo do livro, quando Antonio Candido descreve o processo formativo da literatura como aquele

por meio do qual os brasileiros tomaram consciência de sua existência espiritual e social através da literatura, combinando de modo vário os valores universais com a realidade local e, desta maneira, ganhando o direito de exprimir o seu sonho, a sua dor, o seu júbilo, a sua **modesta** visão das coisas e do semelhante (1997, v.2, p. 327, grifos meus).

A ênfase aqui está no adjetivo *modesta* que qualifica o tipo de visão das coisas produzidas pela literatura brasileira, em contraposição a uma supostamente mais complexa visão do mundo ofertada pela alta literatura europeia. Candido chega a ressaltar que há culturas que são literariamente autossuficientes (com valor literário já consolidado): seus habitantes não precisam sair das suas fronteiras linguísticas para “receber cultura e enriquecer a sensibilidade” (1997, p. 9). São eles os ingleses, os franceses, os italianos, os alemães e até mesmo os russos e os espanhóis. Diferentemente dos brasileiros, seres dependentes de outras economias e outras letras, pois apenas fabricam produtos de baixo valor agregado no mercado internacional e de baixo valor literário na República das Letras.

Antonio Candido se inspira no título de uma obra de Julian Benda (*Esquisse d'une histoire des Français dans leur volonté d'être une nation* de 1932) formular um dos principais objetivos de seu livro, o de contar a história dos letrados brasileiros “no seu desejo de ter uma literatura” (1997, v.1, p. 25). O objeto do desejo foi realizado, uma vez que a literatura brasileira se constituiu. Mas o desejo do letrado brasileiro não foi saciado: ainda que se pudesse verificar a existência de um sistema literário operacional e dinâmico, as obras de literatura resultantes do processo não eram reconhecidas internacionalmente como boas. Por outro lado, o desejo formativo parece ir na mesma direção que a sugerida pelo título do livro de Benda. Havia o desejo de se ter uma literatura que não apenas expressasse a nação, mas ajudasse a forjá-la. E para construir uma nação, é necessário mobilizar afetos de solidariedade, sobretudo nos leitores brasileiros, que deveriam não apenas salvar a literatura do desprezo que leitores sofisticados por ela certamente nutririam, como também deveriam despertar o amor à literatura como metonímia da pátria, pois “se não for amada, não revelará a sua mensagem” (1997, p. 10). Note-se aqui a tensão nacional-ocidentalista estruturando seu argumento sobre a formação da literatura. Do ponto de vista do leitor culto ocidental/ocidentalizado, antenado com o melhor cânone europeu, a literatura brasileira seria

débil e modesta. Sob uma ótica nacional, a literatura brasileira seria redimida de sua fraqueza pelo amor patriótico do leitor-cidadão brasileiro, que também resgataria a nossa literatura do “esquecimento, descaso e incompreensão” (1997, p. 10), certamente merecidos se a perspectiva do leitor cosmopolita e rigoroso fosse adotada. Feito todo o balanço entre as duas ideias de formação, fica claro que o interesse do leitor brasileiro pelas precárias letras locais deveria se orientar por um motivo extraliterário: o amor às coisas pátrias, que o levaria ao engajamento na construção da nação.

Espero ter mostrado até aqui como o conceito de formação é complexo e pode ser operacionalizado de diferentes modos na obra de Antonio Candido. Ainda que o sistema literário esteja formado e funcionando, o conjunto da literatura brasileira não possui a robustez das culturas literariamente autossuficientes, dando-nos apenas uma modesta visão das coisas. A ideia forte de formação em Antonio Candido tem a ver com o papel que a literatura desempenha na formação cultural e social do Brasil, ou aquilo que também chamo de nacional-ocidentalização do Brasil. Para isso, é preciso resgatar o modo como Candido define a literatura empenhada no Brasil, isto é, uma literatura “toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país.” (1997, v.1, p. 17). O destaque dado ao empenho coletivo dos escritores brasileiros pode ofuscar um questionamento pertinente quanto à finalidade de tanto engajamento: afinal, o que seria uma cultura válida e o que a distinguiria do outro lado da moeda, isto é, o que separa uma cultura válida de outra supostamente inválida para o Brasil? Pela lógica da argumentação ao longo da *Formação*, o parâmetro de validade de uma cultura seria o seu pertencimento à cultura ocidental, devidamente modulado pelo nacionalismo que lhe desse feições próprias. A cultura válida para o Brasil seria aquela possível dentro de um arco *nacional-ocidental*.

A crítica à operacionalização conceitual nacionalista realizada na *Formação da literatura brasileira* não é nova e, por isso, valeria a pena situar os pressupostos da nossa análise num debate já há muito tempo existente. Podemos identificar tal crítica ao nacionalismo no denso texto “A concepção da história literária na *Formação*” de Luiz Costa Lima (1991), em que o autor encontra, dissimulado no tom descritivo da *Formação da literatura brasileira*, uma valorização do nacional, que submeteria a literatura a um critério expressivo-representacional de avaliação, domesticando a potencialidade da ficção (estamos aqui diante de mais uma variação do controle do imaginário). Abel Barros Baptista, por sua vez, aponta o “sequestro nacionalista” (2005, p. 11) da literatura brasileira pelo paradigma candidiano da formação, que prescreveria o estudo da literatura brasileira mais apoiado no adjetivo *brasileira* do que no substantivo *literatura*. Abel critica o nacionalismo embutido no argumento candidiano a partir de um ideal cosmopolita e moderno de literatura (e que serve como contraponto, dentro de sua própria argumentação, à suposta miopia nacionalista de Candido), insistindo na legitimidade de uma crítica literária exterior ao paradigma da formação, que analise as obras produzidas no Brasil “para além da referência ao Brasil, livre de determinações conjunturais, livre do dever de representar a identidade nacional, livre,

enfim, de qualquer quadro de condições ou de circunstâncias nacionais graduado em fundamento e padrão de legibilidade” (BAPTISTA, 2005, p. 11).

Tanto Luiz Costa Lima como Abel Barros Baptista fazem a crítica à *Formação da literatura brasileira* com a intenção de desvincular a literatura, com todo seu potencial criativo e libertário, do projeto político, estatal e nacional da formação, que certamente apequenaria a literatura. A diferença em relação ao que se propõe aqui deve ser notada: a crítica ao paradigma candidiano de formação realizada neste texto não tem como objetivo proteger a literatura de qualquer injunção política². A angulação de nosso estudo é *pós-colonial*: antes de verificar as limitações que a ideologia da formação impõe ao discurso literário, pretendemos analisar o modo como tal ideologia impõe limitações e hierarquizações às culturas dos povos não ocidentais que estavam nas Américas, ou que para as Américas vieram forçados pela colonização para participar de uma empresa colonial. Ao longo dos anos, esse complexo colonial se desenvolveria e realizaria um movimento que almejava a constituição de uma nação independente. Tais limitações, subalternizações e hierarquizações impostas aos povos não ocidentais se deram tanto no processo histórico efetivo da colonização, imbricado nas práticas cotidianas das relações sociais, como no discurso ilustrado sobre a “formação” que tenta dar inteligibilidade ao surgimento de uma nação ocidental nas Américas chamada Brasil, uma vez que não é nada óbvio que um território habitado majoritariamente por povos não ocidentais – constantemente desterritorializados e deslocados – acabe, ao longo dos séculos, por formar uma nação ocidental. Esclarecidos os nossos pressupostos teóricos, e a diferença com outras críticas ao nacionalismo da *Formação da literatura brasileira*, prossigamos com a análise.

Vimos acima que a literatura brasileira não havia conseguido apresentar um conjunto robusto de obras para a apreciação da comunidade ocidental e por isso seria considerada por Candido como uma literatura fraca e pobre. Mas há outro movimento, inverso, que precisa ser investigado aqui: é o de como a literatura ajudou a apresentar, de modo impositivo, a cultura ocidental para essa terra “inculta” das Américas, e nesse gesto de introjetar cultura ocidental nos trópicos, a literatura foi muito bem-sucedida. A ideia de formação que eu estou tentando delimitar não se resume à construção de um sistema literário, nem muito menos à constituição de um cânone literário pujante. Estou querendo destacar a ideia de formação como a nacional-ocidentalização de um território cheio de não

² Naqueles que são textos fundacionais dos estudos pós-coloniais, *Orientalismo* (1978) e *Cultura e Imperialismo* (1993), de Edward Said, a literatura (e toda instituição ao seu redor como a filologia, a lexicografia, etc.), longe de ser alvo de defesa, é vista com suspeição, por fazer parte de engrenagens imperialistas. No texto que inaugura os estudos pós-coloniais na crítica literária feita no Brasil, “Além da literatura”, Marcos Natali também coloca a literatura sob suspeição, chegando a se perguntar: “O que aconteceria se, em um cenário hipotético, alguém ou além do literário, a literatura não coincidissem com a justiça? Em outras palavras, se tivéssemos que escolher entre a literatura e a justiça, onde ficaria a nossa fidelidade? (Natali, 2006, p. 43). Para uma análise sistemática da obra de Antonio Candido, também sob uma ótica pós-colonial, cf. Moraes, 2015.

ocidentais nas brenhas do continente americano. Se a *Formação da literatura brasileira* pode ser parafraseada pelo próprio Candido como a história da aventura do espírito do Ocidente em busca de nova morada em terras americanas, não podemos esquecer da violência simbólica e real envolvidas nesse processo de ocidentalização. A aventura do espírito ocidental significou a desventura de tantos outros povos.

Quando falamos de formação como processo de nacional-ocidentalização, estamos bem mais próximos da ideia de formação contida em outros grandes ensaios de interpretação do Brasil. Como referência, talvez seja importante reconstituir uma dessas interpretações de grande peso na cultura uspiana para compreendermos melhor a aventura do espírito do Ocidente em busca de nova morada a partir de uma outra chave analítica. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado nos mostra como a colonização lusitana nas Américas foi resultado da expansão comercial europeia (Prado, 2000, p. 7-21). Trata-se de um processo social, político e econômico presidido pelo europeu que muitas vezes via nas terras para onde seu negócio expandia a extensão de seu império. O fator complicador dessa equação é que o trabalho feito pela e para empresa colonial é de uma população não ocidental por excelência: africanos e índios. Para se ter uma ideia da pujança dessa população, entre 1550 e 1850, segundo o historiador Luiz Felipe Alencastro, de cada 100 pessoas que chegavam ao Brasil, 86 eram africanos escravizados (Alencastro, 2019). Longe de fornecer apenas a “energia motriz” (Prado, 2000, p. 280) de seus músculos escravizados, como sugere Caio Prado Prado, essas populações africanas e ameríndias forjaram a cultura do país, no sentido mais amplo. Poderíamos dizer que após a Independência, todo esforço da elite política e intelectual do Brasil foi o de lidar com o mal-estar desse complexo afro-índio, uma espécie de potência não ocidental que assombrava o letrado brasileiro. O que fazer com o complexo afro-índio? Incentivar a vinda de europeus para embranquecer a população? Desmerecer e rebaixar essas vidas para implantar uma necropolítica? Domesticar ou sublimar esteticamente esse grupo social dentro de uma narrativa de totalidade nacional? Diria que esse é o grande nó pós-colonial da cultura brasileira e está diretamente ligada ao chamado dilema da formação.³

³ O devir-índio e o devir-negro figuram no pensamento brasileiro como verdadeiros fantasmas, temidos por muitos intelectuais. O devir-índio é comumente imaginado com base em uma hipotética vitória dos jesuítas no processo de colonização do Brasil, transformando o país em um imenso Paraguai, jesuítico e guarani. Podemos ver a sombra desse fantasma em alguns trechos de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., em *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, e na obra do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, para quem, se “os jesuítas tivessem vencido, o Brasil seria, como esse miserável canto do mundo [o Paraguai], povoado por uma raça inferior que só perde os instintos de fera selvageria para cair num torpor de cretinismo idiota” (Martins, 1978, p. 72). Já o devir-negro é marcado pelo temor de uma replicação da Revolução Haitiana no Brasil, isto é, o medo de os escravos se libertarem, punirem seus senhores e assumirem o comando político do país. O medo do Haiti está no escrito de vários publicistas brasileiros do século XIX, especialmente nos ensaios de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (cf. Monteiro, 2003).

Figuração do complexo afro-índio está na obra de Antonio Candido

No capítulo 2 da *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido examina as academias provincianas da América Portuguesa, destacando seu caráter convencional, acanhado e tosco. Antonio Candido observava algumas funções desempenhadas pelas agremiações literárias: (1) ajudava a fixar uma identidade do letrado, diferenciando a sua função dentro do grupo social dominante, lançando “ainda que embrionariamente, as bases para a definição do *status* e do papel de escritor” (1997, p. 74); (2) proporcionava a formação de um público leitor, ainda que rarefeito. Além dessas duas funções que certamente incidiam sobre a articulação incipiente de um sistema literário, Antonio Candido nota uma terceira função desses grupos literários:

[O] caráter daquelas academias é extremamente convencional, de obediência às normas estéticas e sociais, tanto maior quanto menos pessoais e talentosos os seus membros. Daí decorrer a sua terceira grande função: tomados no conjunto, foram elemento de proposição e reforço dos padrões dominantes, girando as suas produções quase sempre em torno da devoção religiosa, da lealdade monárquica, do respeito à hierarquia, enfim, reforçando a cada passo a estrutura vigente de dominação. No caso da colônia brasileira, *é preciso ajuntar que representavam, neste sentido, um reforço da política de imposição da cultura erudita de tipo europeu, em detrimento das manifestações de cunho popular, que assumiam relevo ameaçador em certos casos.* Há mesmo vários exemplos de coexistência das duas culturas em certas comemorações, revelando concorrência e a necessidade de consolidar a de tipo erudito e europeu (Candido, 1997, p. 75, grifos meus).

O que podemos destacar é o contraste entre as diferentes caracterizações das academias literárias: de um lado, a péssima literatura, de outro, a eficiência na função de consolidar a cultura do tipo erudito europeu em detrimento da ameaçadora cultura popular, ensejando aí um trabalho de formação como claro sinônimo de ocidentalização. Reitera-se neste trecho as linhas de forças que foram discutidas no início do trabalho: a literatura era de má qualidade, mas levava a cabo uma missão civilizatória considerada boa, uma vez que combatia ameaças diversas ao estabelecimento da cultura metropolitana.

Antonio Candido também deixa claro que existe uma concorrência entre forças culturais. Falar em ocidentalização só faz sentido porque ela age contra um meio cultural não

Ladeando o devir-ocidental, historiado na *Formação da literatura brasileira*, há os fantasmas de outros devires que devem ser constantemente exorcizados pela elite ilustrada brasileira. O uso dos devires para pensar a formação social brasileira é inspirado na reflexão do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2015) sobre o devir-índio.

ocidental. A ênfase no conflito e na concorrência desloca qualquer conotação benigna de herança cultural ocidental que chega aos brasileiros por meio dos portugueses.

Todas essas questões talvez fiquem mais claras quando analisamos, à contrapelo, "Literatura de dois gumes", de Antonio Candido, texto da teoria literária produzida no Brasil que consegue de maneira mais incisiva tirar as consequências do fato de que a cultura letrada transplantada no Brasil não é somente fruto da colonização, mas agente do colonialismo. O texto "Literatura de dois gumes", inicialmente apresentado como palestra na Universidade de Cornell, em 1966, permite entrever como se dá o mecanismo de controle da *prosa de contra-insurgência* na crítica literária brasileira. Prosa de contrainsurgência é um termo usado pelo historiador indiano Ranajit Guha para analisar documentos históricos metropolitanos que lidavam com revoltas de camponeses na Índia. Ao narrar a revolta dos subalternos empregando o vocabulário da imaginação política ocidental, a elite colonial britânica nada conseguia enxergar na revolta além de comportamento pré-político, irracional e inconsequente, legitimando assim qualquer ação que retifique o curso da rebelião e controle seus efeitos inesperados (Guha, 1990). Em certa medida, procedimento similar pode ser observado na crítica literária e em parte significativa do pensamento social produzidos no século XX brasileiro, uma vez que tais abordagens críticas e historiográficas buscavam retratar as culturas não ocidentais como partes de uma pré-moldada fábula das três raças formadoras, imbuídas e coordenadas por um certo *telos* da nacionalidade. Desse modo, retiravam a radicalidade de povos que resistiram a fazer parte de um Estado-Nação chamado Brasil. Exemplo mais bem acabado da prosa de contrainsurgência na cultura brasileira é *Os sertões* de Euclides da Cunha, que transforma sertanejos rebeldes lutando contra a integração forçada ao Estado moderno em heróis culturalmente retardatários que deveriam ser resgatados pelo mesmo Estado moderno.

"Literatura de dois gumes" é um texto particularmente revelador porque não há nele qualquer tentativa de naturalizar a relação entre cultura brasileira e Ocidente, como acontece de maneira bastante ostensiva em "Literatura e subdesenvolvimento", texto no qual Candido afirma que o brasileiro deveria encarar "serenamente o vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ela não é uma opção, mas um fato quase natural"(1987, p. 74). Em "Literatura de dois gumes", constatamos uma atitude quase oposta, uma vez que a literatura é vista e analisada como um instrumento de dominação colonial que se impõe às demais populações. Longe de desempenhar uma função suplementar na colonização, a literatura estaria no *front* da conquista colonial, em "competição" com as culturas dominadas. Candido destaca que os letrados da época eram todos sacerdotes, juristas, funcionários, militares e senhores de terra, "obviamente identificados aos valores sancionados da civilização metropolitana", a serviço da imposição da religião católica e da autoridade real.

No entanto, mesmo quando "desprovido de aspecto ideológico ostensivo" (1987: 165), as letras funcionavam como "forma de disciplina mental da Europa, que deveria ser aplicada ao meio rústico a modo de instrução e defesa da civilização" (1987:165). E nessa

“competição cultural”, a literatura se contrapunha ao “primitivismo reinante”, neutralizado “o perigo da absorção pelo universo do folclore” (Candido, 1989, p. 177). Não há dúvidas que no conflito entre a civilização e o primitivismo, a literatura e o folclore (entendido pelo autor de *Formação da literatura brasileira* como a produção cultural do homem rústico), Antonio Candido escolhe o primeiro polo da disputa, mas isso não o impede de constatar que havia uma luta aberta e que, em alguns momentos da história, seus resultados pareciam incertos, pois os letrados se viam acuados por aquilo que identificavam como o “perigo” de uma hegemonia cultural não ocidental, afinal, as solicitações a princípio poderosas revelam o imenso perigo da América Latina se transformar na Afroamérica Latina, para usar a boa expressão do historiador Fernando Novais (Novais, 2016). Ao destacar um processo acirrado e competitivo de disputa por hegemonia cultural, Antonio Candido coloca em xeque qualquer noção de inevitabilidade da cultura ocidental nas Américas.

Como o intuito do texto é o de mostrar os "dois gumes" da literatura, Antonio Candido ressalta que apesar de ser um instrumento de dominação, a literatura também se prestou ao papel de dar "sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão" (1987, p. 177). O circuito da prosa da contrainsurgência (preventiva) se fecha. A mesma força que ajudou a desestruturar culturas e modos de vida é aquela que se propõe a vocalizar as demandas dos oprimidos - muitos deles derrotados e sistematicamente explorados pela colonização. Tais demandas seriam devidamente filtradas e neutralizadas, para que elas se ajustem às regras do jogo estabelecidas pelo sistema vigente de possibilidades. Os dois gumes da literatura são, a bem da verdade, duas faces da "competição cultural", ora apresentada de modo desabrido e violento, ora mostrada como mecanismo paternalista que mistura algum tipo de solidariedade com um efetivo controle social. Destruir culturas para depois fazer-se porta-voz delas é o gesto por excelência dessa prosa de contrainsurgência (preventiva) que, por sua vez, é um instrumento fundamental para administrar as diferenças dentro do arco nacional-ocidental de possibilidades.

Na sua *Iniciação à literatura brasileira*, publicada em 1996, mas redigida em 1987 (com a intenção de fazer parte de uma publicação comemorativa dos 500 anos do descobrimento da América), Antonio Candido retoma os temas de “Literatura de dois gumes”. De novo, há a constatação que a cultura brasileira, mais do que simplesmente derivada da europeia, é uma cultura subeuropeia, chegando a recorrer a uma elaboração do cenógrafo italiano Ruggero Jacobbi de que o Brasil não faria parte do Terceiro Mundo, mas da Segunda Europa (Candido, 1996, p.12). O contraste entre o meio selvagem e o requinte das formas literárias que passam a circular no território é marcado pelo autor: “No país primitivo, povoado por indígenas na Idade da Pedra, foram implantados a ode e o soneto, o tratado moral e a epístola erudita, o sermão e a crônica dos fatos” (Candido, 1996, p. 13).

Isso dito, há também no texto de Antonio Candido a denúncia de que a vinda de tais formas se deu sob “brutal imposição”, e que inviabilizou outras culturas:

Com efeito, além da sua função própria de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do Rei, mas o monopólio da língua. Com isso, *desqualificou e proscreeu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão-de-mundo dos povos subjugados* (Candido, 1996, p. 13, grifos meus).

Candido enxerga na atuação missionária do padre José de Anchieta uma espécie de empreendimento colonial mais aberto à coexistência entre a cultura opressora e a oprimida. Para Candido, a obra de Anchieta “e a prática extensiva da língua geral indicam que poderia ter-se desenvolvido no Brasil uma cultura paralela e um bilinguismo equivalente ao que ainda existe no Paraguai (devido também à catequese jesuítica)” (1996, p. 19). Candido lamenta que a colonização europeia não tenha tomado o caminho vislumbrado por Anchieta, o que, ainda segundo a visão do autor de *Formação da literatura brasileira*, levaria à possibilidade “de criar uma cultura menos senhorial, mais aberta aos grupos dominados” (1996, p. 19).⁴ Outro caminho foi trilhado, enxergando na coexistência de culturas a lógica de uma “concorrência” entre elas, levando os portugueses a imporem seu “idioma como instrumento de domínio e homogeneização cultural, a ponto de, no século XVIII, proibirem o uso da língua geral nas regiões onde ela predominava” (1996, p. 19). A coexistência cederia lugar ao domínio de uma cultura sobre a outra. A máquina colonial transformaria diversidade em hierarquia.

O texto publicado em 1996 levanta questões ainda mais interessantes, pois Candido não está apenas fazendo uma crítica ao colonialismo (visto em “Literatura de dois gumes” como força necessariamente ambivalente, a um só tempo repressora e civilizadora). No texto de 1996, Antonio Candido chega a mobilizar sua imaginação histórica para vislumbrar um outro tipo de colonização, guiado pelos valores humanistas e dialógicos da missão jesuíta, o que resultaria numa espécie de Estado-Nação multicultural e bilíngue. O movimento realizado por Candido no ensaio é bastante significativo dos limites da consciência nacional-ocidental do letrado brasileiro: no seu momento mais utópico, em que formações alternativas

⁴ Essa expressão dialoga abertamente com a caracterização do “mundo sem culpa” da sociedade brasileira, tal como representada na “Dialética da malandragem”. Para Candido, um dos grandes méritos do realismo de *Memórias de um sargento de milícias* foi o de afastar-se do superego da novelística brasileira e se aproximar das formas espontâneas da vida social do país. Essa camada mais popular e mais espontânea da sociedade brasileira abrandou o choque entre norma e conduta, tornando nosso agir mais flexível e adaptável. Para Candido, “a sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos dominados ou estranhos”, ganhando “em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência” (Candido, 1998, p. 51). Em outras palavras, o trecho de *Iniciação à literatura brasileira* remete ao coração da utopia candidiana: um Brasil popular, espontâneo, desaristocratizado, sem as marcas do senhor nem da instituição da escravidão, construído, como vimos, por uma espécie de colonização europeia benigna e dialógica.

são conjecturadas, Candido não consegue superar o horizonte do colonialismo, cabendo a ele, como gesto mais radical, apenas imaginar um colonizador europeu *benigno* e *tolerante*. Formar a nação significa ocidentalizar os povos que aqui vivem, ainda que, para Candido, o Ocidente funcione como um significante-vazio a ser preenchido pelos ideais da democracia, da Ilustração e da tolerância⁵.

Conclusão

Como vimos, o conceito de formação é elástico e está em disputa política constante. Que o processo de nacional-ocidentalização, ou a sua mais conhecida variável – o nacional-desenvolvimentismo - seja visto como sinônimo de formação (a suposta conclusão de um processo de construção nacional), é algo que nos mostra que um polo dessa disputa é hegemônico o suficiente para naturalizar a sua posição a ponto de mostrá-la como inevitável e inexorável.

No Brasil, há uma longa tradição intelectual que orbita em torno da ideia da *formação* - ideia que pressupõe um eterno devir de algo que ainda não somos, mas gostaríamos de ser: uma nação moderna, isto é, uma sociedade dentro dos parâmetros ocidentais, mas com modulação nacional. Tal desejo tem mobilizado a imaginação brasileira e é até hoje um dos temas centrais do nosso pensamento social. O que busquei propor neste artigo é estudar um tópico menos visitado quando falamos da ideia de formação: tão importante quanto apreender qual o país a elite intelectual gostaria de construir, é examinar que outras possibilidades (outros devires) de Brasil tal elite nega, desqualifica, despreza, e como o imbricamento entre essas duas virtualidades – o devir desejado e o devir rejeitado para o país – está ligado a uma visão hierárquica de culturas, segundo a qual, algumas delas (as europeias) nos ajudarão a adentrar na modernidade em detrimento de outras, inferiores, menos elaboradas, que nos impediriam de chegar lá, ou nos manteriam aprisionados num atraso vergonhoso.

Em certa medida, pudemos entrever na *Formação da literatura brasileira* a configuração desses dois devires na própria narrativa tecida por Candido para dar conta da

⁵ Algo parecido acontece com Alfredo Bosi no esquema interpretativo levado a cabo no seu clássico *Dialética da colonização*. Bosi enxerga dois modos de colonizar/modernizar o país, que estão em constante disputa. Um modo humanista-universal (empunhado pelos jesuítas no início da colonização, mas depois pelo Novo Liberalismo de Joaquim Nabuco e os positivistas gaúchos, primeiros defensores de um Estado de Bem Estar no Brasil) e outro agromercantil, conhecido pelo modo predatório de explorar a terra e a população escravizada (índios e negros). O humanista-universal quer colonizar a alma do nativo, enquanto o colonizador da empresa agromercantil quer colonizar a energia de trabalho produzida pelo corpo do nativo. Não deixa de ser sintomático que Bosi, assim como Candido, também fique preso nesse jogo sobre os melhores modos de colonizar/ocidentalizar/modernizar o Brasil, deixando claro os limites dessa consciência ilustrada nacional-ocidental.

emergência de um sistema literário composto por obras modestas, mas funcionais, exatamente por ajudarem a impor um modo de estar no mundo ocidental nas Américas, em detrimento de outros modos de estar no mundo. Se é verdade que a obra de Antonio Candido tem como ponto de fuga um projeto nacionalista, também se deve levar em conta que há na sua obra um reconhecimento da mundanidade da literatura, isto é, de que a instituição literária está agindo no mundo, compondo com uma incrível variedade de vetores políticos na aposta que fazem em torno da ideia de formação. Se podemos verificar que a historiografia literária de Antonio Candido está fincada numa espécie de *telos* a serviço da construção do Brasil – uma literatura nacional-ocidental que ajuda a construir uma nação ocidental, em vez de simplesmente exprimi-la -, também é possível apreender na narrativa da *Formação da literatura brasileira*, ainda que de maneira tímida, como essa construção de sentido nacional é operacionalizada no mundo, no *front* da colonização, contra outras culturas, que sofrem um processo sistemático de subalternização e apagamento cultural. Em outras palavras, Antonio Candido não apenas historia a formação de uma tradição literária no Brasil, mas oferece as ferramentas para compreender como tal formação se deu às custas de uma enorme destruição de outras culturas. Se a tradição nacional-ocidental é definida como a “transmissão de algo entre homens” (1997, p.23), podemos dizer que ela só é assegurada num país pós-colonial por meio da interdição realizada em outras tradições, na obstrução maciça de canais intergeracionais de transmissão de cultura nas mais variadas comunidades e povos.

Por fim, gostaria de fazer uma aproximação entre dois grandes pensadores da formação brasileira: Gilberto Freyre e Antonio Candido. Em entrevista a Heloísa Pontes, Candido confessa que *Casa-grande & senzala* era o livro que gostaria de ter escrito (Pontes, 2001, p. 9). E aqui talvez um cotejamento entre *Casa-grande & senzala* e *Formação da literatura brasileira* não seja todo descabido: os dois livros retratam a figura do colonizador (muitas vezes entendido como civilizador) de maneira empática e compreensiva, mas os dois autores também enxergam atrocidades, arbitrariedades, violências e imposições nesse processo de colonização. Os limites ideológicos desses dois narradores da formação brasileira são muito claros, mas seria, por acaso, estranhá-los demais se sugerirmos que há algo na malha de seus textos que nos fornece inusitadas lentes contraideológicas?

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Para estudar a fundo a influência africana no Brasil. Outras palavras, 2019. Disponível em:<<https://outraspalavras.net/blog/para-estudar-a-fundo-a-influencia-africana-no-brasil/#close>>. Acesso em 1/09/2019.
- BAPTISTA, Abel Barros. *Livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2VI. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- _____. "Literatura de dois gumes" In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1996.
- _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.
- _____. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.
- GUHA, Ranajit. "The Prose of Counter-Insurgency". *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Oxford UP, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. "Concepção de história literária na *Formação*". *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. (1978), *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa, Guimarães, 1978.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (2003), "Cairu e a patologia da revolução". São Paulo. *Estudos Avançados*, 17 (49): pp. 349-358, 2003.
- MORAES, Anita. *Para além das palavras: representação e realidade em Antonio Candido*. São Paulo: Unesp, 2015.
- NATALI, Marcos. "Além da literatura". *Literatura e Sociedade (USP)*, São Paulo, v. 9 n.30, 2006: pp. 30-43.
- NOVAIS, Fernando. *Fernando Novais: Brasil e Portugal – Antigo Regime*, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsAXNoumgS8&t=3987s>> (50m46s). Acesso em 25/08/2019.
- PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 5-30, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage, 1978.
- _____. *Culture and Imperialism*. London: Chatto and Windus, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O índio em devir" in M. Herrera e U. Fernandes. *Baré: povo do rio*. São Paulo, Edições Sesc, 2015.

Recebido em: 01/02/2020

Aceito em: 03/02/2020

Referência eletrônica: MELO, Alfredo Cesar. A formação como nacional-ocidentalização. *Criação & Crítica*, n. 26, p., jun. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.